

## A crítica do liberalismo conservador em José Guilherme Merquior

The critique of conservative liberalism in José Guilherme Merquior

Paulo Henrique Paschoeto Cassimiro  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Kaio Felipe Mendes de Oliveira Santos  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

**Resumo:** Este artigo explora alguns elementos da interpretação do liberalismo e do conservadorismo na obra de José Guilherme Merquior, tendo em vista dois problemas fundamentais. Em um primeiro momento, buscaremos tornar explícitos alguns elementos de O Liberalismo: Antigo e Moderno para entender como a contribuição de Merquior traz uma sofisticação teórica e crítica que não estava disponível na nossa literatura sobre história das ideias no período. Num segundo momento, procuraremos demonstrar que sua abordagem crítica permite a Merquior tratar o estudo do liberalismo de modo diverso, compreendendo que é impossível afirmar a existência de uma “tradição liberal” unívoca e que a diversidade de manifestações ideológicas do liberalismo obedece a influxos e conjunções de ideias que responderiam por sua pluralidade. O principal exemplo disso, como pretendemos deixar claro, é o modo como Merquior trata a “variante liberista” do liberalismo como uma conjunção entre ideias liberais e conservadoras, apontando para os limites desse “híbrido” com relação às promessas liberais clássicas.

**Palavras-chave:** Liberalismo, conservadorismo, neoliberalismo, história das ideias, pensamento político brasileiro.

**Abstract:** This article explores some elements of the interpretation of liberalism and conservatism in the work of José Guilherme Merquior, in view of two fundamental problems. At first, we will seek to make explicit some elements of Liberalism: Ancient and Modern to understand how Merquior's contribution brings a theoretical and critical sophistication that was not available in our literature on the history of ideas at the time. In a second moment, we will try to demonstrate that his critical approach allows Merquior to treat the study of liberalism in a different way, understanding that it is impossible to affirm the existence of a univocal “liberal tradition” and that the diversity of ideological manifestations of liberalism obeys inflows and conjunctions of ideas that would account for their plurality. The main example of this, as we intend to make clear, is the way in which Merquior treats the “liberist variant” of liberalism as a conjunction between liberal and conservative ideas, pointing to the limits of this “hybrid” in relation to classical liberal promises.

**Keywords:** Liberalism, conservatism, neoliberalism, history of ideas, brazilian political thought.



## Introdução

A obra de José Guilherme Merquior (1941-1991) é marcada pela pluralidade de interesses e por uma preocupação constante em reagir aos temas mais candentes dos debates públicos e acadêmicos. Após sua estreia nos anos 60 com trabalhos de crítica literária - especialmente poesia -, com reconhecimento imediato por parte dos críticos importantes do período, como Antonio Candido (1918-2017)<sup>1</sup>, Merquior tornou-se, ao lado de intelectuais como Sérgio Paulo Rouanet (1934-2022) e Bárbara Freitag (1941), um dos principais divulgadores das teorias estéticas da Escola de Frankfurt no Brasil<sup>2</sup>. Suas obras mais propriamente políticas, ao lado da profusão de artigos de intervenção em jornais, datam sobretudo do final dos anos 70 e início dos 80, quando publica em inglês as duas partes de sua tese de doutorado na London School of Economics, sob orientação de Ernst Gellner (1925-1995): *The Veil and the Mask: Essays on Culture and Ideology* (1979) e *Rousseau and Weber: Two Studies on the Theory of Legitimacy* (1980). Ao longo dos anos 80, os trabalhos sobre Foucault, o marxismo ocidental, *O Argumento Liberal* (1983) e, sobretudo, sua história das ideias liberais, *O Liberalismo: Antigo e Moderno* (1991) atestam uma maior presença de temas da filosofia política, da teoria social e da história das ideias em sua agenda, precocemente interrompida com sua morte em 1991, aos 49 anos.

É comum no ambiente universitário brasileiro a crítica de que os escritos de Merquior sobre estética, poesia e sua pequena história da literatura brasileira seriam valiosos, seu pioneirismo ao escrever sobre Frankfurt seria algo importante, mas a sua teoria social e política deixaria a desejar, marcada por certa dispersão, quando não por uma falta de originalidade, animada por um espírito que – inegavelmente erudito e inteligente – seria mais afeito a panoramas e comentários de autores e ideias do que dedicado a um “grande” livro que entraria para a biblioteca dos “intérpretes do Brasil”. Ao lado do rechaço à sua posterior adesão a Fernando Collor de Mello (Merquior redigiu boa parte do discurso de posse presidencial e também a base programática de um futuro Partido Social Liberal Brasileiro), estes seriam elementos importantes para explicar a prolongada - mas não absoluta - ausência de interesse acadêmico em seus trabalhos.

O debate sobre a condição de “grande autor brasileiro/clássico”, poderia e precisaria ser efetivamente discutido levando a sério sua contribuição à luz do que se produziu e o que se produz sobre os temas aos quais ele se dedicou, num esforço comparativo e contextualista que não pretendemos esgotar aqui, pois ela exigiria uma grande revisitação da tradição do problema do liberalismo no pensamento brasileiro que não teríamos condições de enfrentar. Mas nos deteremos, sobretudo, em dois elementos do exame da obra de Merquior: em primeiro lugar, buscaremos tornar explícitos alguns elementos de *O Liberalismo: Antigo e Moderno* para entender como a contribuição de Merquior se insere nos estudos sobre o liberalismo disponíveis no país naquela altura e como sua perspectiva traz uma sofisticação teórica e crítica para o estudo do liberalismo que não estava disponível na nossa literatura sobre história das ideias no período. Num segundo momento, procuraremos demonstrar que sua abordagem crítica permite a Merquior tratar o estudo do liberalismo de modo diverso, compreendendo que é impossível afirmar a existência de uma “tradição liberal” unívoca e que a diversidade de manifestações ideológicas do liberalismo obedece a influxos e conjunções de ideias que responderiam por sua pluralidade. O principal exemplo disso, como pretendemos deixar claro, é o modo como Merquior trata a “variante liberista” do liberalismo como uma conjunção entre ideias liberais e conservadoras, apontando para os limites desse “híbrido” com relação às promessas liberais clássicas.



## A abordagem teórico-metodológica de Merquior

Durante a segunda metade da década de 1980, período em que foi embaixador no México, José Guilherme Merquior desenvolveu uma frutífera interlocução com intelectuais locais como Octavio Paz (1914-1998), experiência essa que provavelmente serviu de estímulo para a sua reflexão definitiva sobre a América Latina: “O Outro Ocidente” (1988), sobre a qual trataremos mais adiante. No ano seguinte, escreveu ensaios que demonstravam seu amadurecimento intelectual, como “In Quest of Modern Culture: Hysterical or Historical Humanism” e “O Logocídio Ocidental” e aquele que seria seu último e póstumo livro, *O Liberalismo: Antigo e Moderno*. Alguns temas dessa obra já haviam sido desenvolvidos por Merquior no ensaio-título de *O Argumento Liberal* (1983), mas o autor expandiu e sofisticou a sua historiografia e sua tipologia dos liberalismos.

*O Liberalismo: Antigo e Moderno* foi escrito poucos meses antes da queda do Muro de Berlim, mas considerando que sua publicação se deu apenas no início de 1991, tornou-se quase impossível lê-lo sem ter como pano de fundo o colapso geopolítico e econômico da União Soviética e o “renascimento liberal” que marcou o mundo ocidental entre o fim da década de 80 e o início dos anos 90. Não foi por acaso que o economista Roberto Campos (1917-2001) escreveu um prefácio para *O Liberalismo* em tom triunfalista, e chegou até mesmo a qualificar – a nosso ver, de forma equivocada – Merquior como um liberista (CAMPOS, 2014, p. 29) – embora admita a contragosto que seu colega diplomata faz observações “generosas demais no tocante a Keynes, e generosas de menos no tocante a Hayek.” (Idem, p. 28)

É possível afirmar, de início, que *O Liberalismo: Antigo e Moderno*, a despeito de ser uma história das ideias com considerável amplitude histórica (de Locke a Bobbio), supera a simples história das doutrinas políticas e produz uma abordagem que é, ao mesmo tempo, histórica e crítica. A abordagem de Merquior difere, por essas razões, das histórias do liberalismo como história filosófica das ideias políticas, no estilo de trabalhos como *a Evolução histórica do liberalismo* (1987) de Antonio Paim (1927-2021), por exemplo, em que “história” não é mais do que uma narrativa cronológica sobre as “doutrinas” liberais centrada em autores paradigmáticos. Assim, o liberalismo começaria em Locke (1632-1704), teria desdobramentos fundamentais na filosofia de Kant (1724-1804) e seguiria sua trajetória, passando pelos doutrinários franceses e sua importância para o pensamento constitucional, pelas demandas de ampliação do sufrágio até chegar ao debate econômico do século XX: Keynes (1883-1946) e a Escola Austríaca (PAIM, 1987). O procedimento intelectual aqui é basicamente o de narrar a evolução de uma série de ideias mais ou menos condizentes com uma definição de liberalismo e ressaltar seus casos desviantes, que, por sua vez, explicam os antagonismos políticos reais derivados das ideias. Assim, as ideologias políticas fundadas numa visão democrática radical, que derivaria a forma do Estado da vontade popular, seriam manifestações políticas das ideias rousseauianas (Ibidem, p. 51); e a trajetória do liberalismo pode ser, a partir daí, narrada como a história do conflito entre a defesa do indivíduo e da moderação institucional contra os desvelos totalitários de um Estado sobredeterminante.

Essa tradição intelectual para a qual fazer história das ideias é narrar um conjunto de doutrinas mais ou menos adequadas a um conceito ideal do que seja o liberalismo está bem longe do tipo de abordagem de Merquior, que chamaremos aqui de histórica e crítica. Histórica, principalmente, porque se trata de entender que doutrinas não tem significado estático e não podem ser entendidas por uma lógica de “fidelidade” ou “traição” doutrinária com relação a um conteúdo originário, mas que ideias circulam, interagem entre si, assimilam contribuições que podem estar doutrinariamente distantes e, sobretudo, se modificam e se reformulam no enfrentamento com o processo histórico. Merquior se refere a esse procedimento como condição para a formulação de uma “teoria do liberalismo” que exigiria uma “descrição comparativa de suas manifestações históricas” (MERQUIOR, 2014, p. 40). E, justamente por ser histórica, a perspectiva de Merquior é também crítica, na medida em que compreende que o enfrentamento das doutrinas



com os processos históricos da modernidade coloca as ideias liberais diante de condições de mudança social, econômica e política e que essas mudanças produzem variações e transformações no interior do pensamento liberal<sup>3</sup>.

É essa abordagem que permite a Merquior olhar as variações históricas do liberalismo à luz de processos históricos, como, por exemplo, a constituição de uma linguagem liberal que se formula a partir de um discurso crítico à democratização, ressaltando uma variante conservadora do liberalismo:

Em meados do século XIX, ocorreu uma importante inflexão na teoria liberal, quando o medo da democracia levou muitos pensadores proeminentes a defender um liberalismo distintamente conservador. Foi esta a posição que prevaleceu de Bagehot a Spencer. Esta posição compreendeu a maior parte das opiniões germânicas quanto ao Rechtsstaat [Estado de direito], e também o impacto mais tardio dos influentes filósofos latinos Croce e Ortega. Falando em termos gerais, o liberalismo conservador produziu uma versão elitista da ideia liberal (MERQUIOR, 2014, pp. 262-3).

Em autores como Herbert Spencer (1820-1903), seu primeiro exemplo, as linguagens dos direitos e do constitucionalismo seriam substituídas por uma linguagem da competição social como produtora de progresso, na medida em que fosse capaz de reproduzir – pela transposição do darwinismo para o estudo da sociedade – uma evolução competitiva com o mínimo papel do Estado no processo de transformação social.

Spencer deplorou em voz alta a perspectiva de “usurpação pelo Estado” de todas as indústrias, que, em sua opinião, ameaçava “suspender o processo de adaptação” e seu resultado, a seleção natural. Além disso, o crescimento do Estado acarretava burocracia, e a burocracia era para ele algo intrinsecamente corrupto. Por outro lado, o estatismo do bem-estar também era imoral. A fé moderna no governo não passava de uma “forma sutil de feticchismo” (MERQUIOR, 2014, p. 149).

Em toda a discussão sobre Spencer é possível notar de modo exemplar o procedimento teórico de Merquior: não se trata de pressupor a seleção de um elemento da tradição de liberalismo clássico – o individualismo, a liberdade econômica, etc. – como “fundamento” do liberalismo, a partir do qual perceberíamos “desvios” históricos; mas de entender como elementos fundamentais do liberalismo – a liberdade econômica e o individualismo e sua tensão com o Estado, a expansão e a restrição ao sufrágio, por exemplo - interagem com outras linguagens, como o darwinismo social, e produzem uma nova formulação em que outros elementos do liberalismo clássico – como a linguagem<sup>4</sup> dos direitos criados pelo exercício de um poder político legítimo – são colocados fora do plano. E por que então chamar essa tradição de “liberal conservadora”? Ela é conservadora pois é formulada justamente em reação ao processo de democratização testemunhado no século XIX, que assume justamente a forma da incorporação pelos direitos em interação com o Estado, enquanto, para Spencer e seus herdeiros, ela assume a forma da competição e da evolução social por uma concepção de direito que recusa o Estado, ou, como diz Merquior, “pelo direito de ignorar o Estado” (MERQUIOR, 2014, p. 148).

Essa preocupação em interpretar as diferentes concepções liberais de liberdade em interação com os temas do Estado e da democracia, ou melhor, da democratização (a diferença não é trivial, pois expressa a historicidade do conceito), orienta como princípio teórico boa parte do livro e, ao mesmo tempo, demonstra o considerável avanço teórico de Merquior com relação ao debate brasileiro daquele momento. Examinemos mais detidamente algumas das interpretações de Merquior sobre as transformações no interior da linguagem liberal, em especial a questão da relação entre liberalismo e conservadorismo.

### **A clivagem dos liberalismos diante da democratização**

Em *O Liberalismo: Antigo e Moderno*, Merquior afirma que o liberalismo clássico pode ser caracterizado como “um corpo de formulações teóricas que defende um Estado constitucional (...) e uma ampla margem



de liberdade civil”, sendo tal doutrina constituída a partir de três elementos: “a teoria dos direitos humanos, constitucionalismo e ‘economia clássica’” (MERQUIOR, 2014, p. 64). Os principais expoentes do liberalismo clássico são pensadores como Benjamin Constant (1767-1830), Alexis de Tocqueville (1805-1859) e John Stuart Mill (1806-1873); a ênfase principal dessa fase da ideologia liberal foi a proteção da liberdade civil, i.e., o “livre exercício privado de agires e fazeres conforme a inclinação de cada um” (MERQUIOR, 2014, p. 80).

Segundo Merquior, um dos problemas da primeira geração do liberalismo foi confundir a tendência de superação do militarismo pelo industrialismo com “um ilusório perecimento do estado” (MERQUIOR, 2014, p. 80). Tocqueville teria sido um dos poucos liberais dessa geração que percebeu que “o crescimento da liberdade civil foi acompanhado, e na realidade pressupôs, uma tremenda expansão da regulamentação da sociedade (...) pelo estado enquanto foco emissor de direito” (MERQUIOR, 2014, p. 80). Além disso, o século XIX foi marcado pela já mencionada tendência à democratização, isto é, aquilo que autores como Mannheim (1893-1947) definiam como a ampliação da luta de grupos sociais, que anteriormente desempenhavam apenas um papel passivo na vida política, por uma participação maior no controle social e político e a exigência de que seus próprios interesses fossem representados (cf. MANNHEIM, 1940). As respostas a essa tendência foram divergentes no campo do pensamento liberal, o que levou a uma clivagem entre uma vertente inclinada mais à direita (o liberalismo conservador) e outra mais à esquerda (o liberalismo social).

Os liberais-conservadores mantinham a crença no progresso e a concepção individualista de sociedade, mas também buscavam retardar a democratização da política liberal, levando assim a uma “ampliação cautelosa da inclusão do povo nos direitos políticos” (MERQUIOR, 2014, p. 183). Autores como Herbert Spencer, Lord Acton (1834-1902) e até mesmo o argentino Juan Bautista Alberdi (1810-1884) receavam a massificação da política e defendiam a “ampliação cautelosa da inclusão do povo nos direitos políticos” (MERQUIOR, 2014, p. 183). Como mencionamos, Merquior atribui a Spencer a origem dessa reformulação híbrida do liberalismo e do conservadorismo, que reposiciona a relação mercado, direitos e Estado, em prejuízo destes últimos. Para ele, Spencer “apegou-se tenazmente a uma ideia minimalista do Estado e uma forma maximalista de liberalismo” (MERQUIOR, 2014, p. 176). A maximização do tema do mercado sobre o tema dos direitos é o que Merquior chamava – seguindo o debate entre Luigi Einaudi (1874-1961) e Benedetto Croce (1866-1952) no pós-II Guerra sobre a compatibilidade entre intervenção e liberdade – de liberismo<sup>5</sup>. A posição individualista e antiestatista de Spencer o levou a adotar um estrito liberismo e uma crescente desconfiança da democracia representativa. Partindo do pressuposto de que a única função do governo era a “defesa do cidadão contra agressores, tanto estrangeiros quanto domésticos” (Ibidem, p. 148), este liberal britânico passou a condenar qualquer legislação que fosse além de sua concepção minimalista do Estado, alegando que o crescimento das funções estatais poderia ser uma jornada em direção ao despotismo.

Por sua vez, os social-liberais, como Leonard Hobhouse (1864-1929), ao invés de insistirem nos dogmas antiestatistas dos liberalismos clássico e conservador, buscaram restaurar a ideia de bem comum e, do ponto de vista prático, aceitaram uma maior intervenção do Estado, visando à melhoria da distribuição de renda e ao desenvolvimento de políticas públicas em áreas como saúde, educação e previdência social; desta forma, “as velhas reivindicações de direitos individuais abriram espaço para exigências mais igualitárias” (MERQUIOR, 2014, p. 259). Segundo Merquior, esta fase social-liberal tem como seu principal representante John Maynard Keynes, pois este economista foi o grande “diagnosticador e terapeuta das insuficiências do *laissez-faire*” (MERQUIOR, 2014, p. 91-92). Merquior assevera que as ideias de Keynes foram fundamentais para a renovação do capitalismo após a Grande Depressão, e concorda com a afirmação deste de que o desafio político da humanidade consiste em combinar três coisas: eficiência econômica, justiça social e liberdade individual (cf. KEYNES, 1931, p. 307-312). O principal resultado



prático das propostas de Keynes e dos demais social-liberais foi o “Estado de bem-estar social” (Welfare State). Embora os partidos social-democratas e trabalhistas costumem ser mais associados ao Estado previdenciário, cabe ressaltar que este foi implementado, na maioria dos casos, por governos liberais e conservadores e “não representava o primeiro estágio do socialismo do século XX, e sim a culminação do liberalismo reformista do final do século XIX” (JUDT, 2010, p. 22-23).

A partir da década de 1940, entretanto, foi observada uma gradual reação a essa vertente socializante do liberalismo. Ludwig von Mises (1881-1973) e Friedrich von Hayek (1899-1992), principais economistas da Escola Austríaca, contribuíram para o ressurgimento do liberismo, isto é, da ênfase na liberdade econômica mesmo que em detrimento das demais liberdades e da valorização do jogo democrático. Em meados dos anos 1970, em grande parte pelo êxito eleitoral de Margaret Thatcher (1925-2013) no Reino Unido, este ideário se configuraria politicamente no neoliberalismo (o qual, no aparato conceitual apresentado por Merquior, seria mais precisamente designado como um neoliberalismo), fundado na “convicção de que o progresso deriva automaticamente de uma soma não-planejada de iniciativas individuais”, e propondo “um dismantelamento do social-liberalismo, um retorno em regra ao estado mínimo” (MERQUIOR, 2019, p. 84).

### **O neoliberalismo como avatar contemporâneo do liberalismo conservador**

Friedrich Hayek é considerado por Merquior o maior profeta do neoliberalismo, na medida em que propunha “quietismo governamental, e simples legalismo no plano político-social”, argumentando que a lei “se caracteriza pela sua neutra generalidade, equivalente à ausência de coerção social no sentido de uma opressão de classe” (Ibidem, p. 84). Em *Algumas Considerações sobre os Liberalismos Contemporâneos* (1991 [1986]), Merquior tece algumas de suas principais observações críticas a respeito do liberalismo hayekiano. Acima de tudo, não aprecia a combinação que há nele de um conservadorismo à la Burke (1729-1797), segundo o qual “a própria persistência das instituições no tempo contém em si um elemento de sábia superioridade”, com uma teodicéia parecida com a de Leibniz (1646-1716), marcada por uma “visão sempre otimista de uma harmonia universal, misteriosamente conseguida por vias não intencionais”. (MERQUIOR, 1991, p. 12-13) Além disso, compartilha a preocupação de John Gray (1948) e Karl Popper (1902-1994) quanto a uma tardia guinada neo-evolucionista de Hayek:

Hayek estaria escrevendo, cada vez mais, como um Spencer redivivo. Ou seja, um homem que abraça, sempre mais, uma perspectiva evolucionista, a ponto mesmo de diluir, dissolver a perspectiva ética, o plano do juízo ético, da avaliação ética, numa visão evolucionista (...) insustentável. Menciono isso como última pílula daquilo que é, hoje, problemático no desenvolvimento da obra de Hayek: o fato de que ele está soando, em tom sempre mais intenso, como um Spencer sofisticado, numa clara volta às posições básicas do evolucionismo de final do século passado. (MERQUIOR, 1991, p. 14)

A postura crítica de Merquior em relação ao pensamento hayekiano é ampliada em seu último livro, *O Liberalismo: Antigo e Moderno*. Em primeiro lugar, discorda de seu “repúdio quixotesco à democracia majoritária (substituída por uma visão condicionada, ‘demarquia’)”, insinuando que este excessivo ceticismo político o coloca na companhia de liberais-conservadores (MERQUIOR, 2014, p. 230-231). Embora Hayek não se considere um conservador<sup>6</sup>, Merquior aponta a ironia que há na guinada tradicionalista de seu pensamento sociopolítico a partir dos anos 1970: seu entusiasmo cada vez menor pela democracia poderia ser interpretado como uma refutação da tese de *O Caminho da Servidão* (1944), ensaio no qual o austríaco alertara para o risco de o planejamento econômico ser uma ameaça ao regime democrático. Merquior observa que, se a democracia desimpedida “milita contra o mercado, pelo menos ela obviamente sobreviveu, em vez de perecer durante o prolongado crescimento do Estado social.” (MERQUIOR, 2014, p. 227)





Em segundo lugar, Merquior aponta o abismo que há na obra tardia de Hayek entre a “valorização liberal clássica de governo limitado, mercados livres e o governo da lei” e a “mística burkiana, que afirma muitas vezes, mais do que prova, a sabedoria oculta das instituições há muito existentes.” (MERQUIOR, 2014, p. 231) Eis que se revela outra ironia: a partir desse evolucionismo burkiano se poderia alegar uma sabedoria inerente não só ao progresso e ao mercado, mas também “às instituições há muito existentes que Hayek tanto detesta, como controle de renda, controle de preços e taxaço progressiva.” (MERQUIOR, 2014, p. 231) O autor de *O Liberalismo: Antigo e Moderno* argumenta que a maioria dos Estados de bem-estar social “não se fundaram com base em um planejamento abrangente e consciente”, sendo na verdade o “resultado de muitas evoluções imprevistas.” (MERQUIOR, 2014, p. 232)

Em terceiro lugar, Merquior alega que o liberal austríaco concebe a liberdade apenas como instrumento de progresso: “o mérito supremo do indivíduo ‘hayekiano’ é contribuir (inconscientemente) para a evolução social”, e tal tese o afastaria de um individualismo baseado na ideia de auto-aperfeiçoamento, tal como no liberalismo alemão (Humboldt [1767-1835]) e no social-liberalismo britânico (Mill e Hobhouse); sendo assim, “o neoliberalismo, assim como o neoevolucionismo, termina por minar o próprio âmago da ética liberal” (Ibidem, p. 232-233). Hayek, portanto, preocupou-se tanto em favorecer a liberdade econômica – enquanto espontaneidade do mercado – e em restringir a interferência da esfera pública sobre a privada, que teria colocado a própria ética do liberalismo (no sentido de uma preocupação com o auto-aperfeiçoamento e o pluralismo) em risco. John Gray alega que o pensamento de Hayek carece de uma visão mais consistente sobre justiça e direitos morais; isso o leva não só a uma problemática combinação teórica de individualismo e tradicionalismo, mas também a se ancorar num ceticismo epistemológico que poderia se voltar justamente contra a ordem social liberal que ele defende (cf. GRAY, 1980, p. 133-134). Tomando esta análise crítica de Hayek como uma metonímia do neoliberalismo, este é visto por Merquior, portanto, como uma reprise tanto do liberalismo clássico, pois herda suas deficiências em matéria de visão histórica e consciência social, quanto do liberalismo conservador, porque retoma sua desconfiança da ampliação da cidadania.

Outra crítica fundamental em relação ao neoliberalismo volta-se contra a sua filosofia da história, que parte de uma concepção cíclica do processo social, oscilando entre momentos de crescimento (sendo o século XIX uma “era de ouro”) e outros de decadência (o século XX, pelo menos até a década de 70, teria sido marcado negativamente pelo coletivismo):

Keynes, nisso um típico social-liberal, aceitava a intervenção econômica do Estado e preconizava o equilíbrio entre a liberdade, a eficiência e uma dose considerável de justiça social. A seus olhos, o capitalismo era simultaneamente o habitat da “variedade da vida” e a máquina econômica mais eficiente. (...) Por mais que as receitas keynesianas, ou aquelas adotadas em seu santo nome, hajam caído em descrédito, (...) não posso deixar de simpatizar com esse seu otimismo histórico; nem de concordar com Bobbio, quando este aponta, como substrato dos neoliberalismos de direita, uma filosofia da história restauracionista. (...) Esses neoliberais querem de fato fazer o relógio da história voltar atrás. Sua visão da história pressupõe um modelo simplista, em que fases negativas se alternam com períodos positivos reprises (...) de épocas “sábias” para corrigir os “desvios” dos períodos institucional e ideologicamente pecaminosos... Confesso preferir o velho historicismo liberal, em que a história não é uma balsa e sim uma evolução, feita de etapas e não de meras fases monotonicamente alternadas (MERQUIOR, 1987, p. 39; grifos nossos).

Merquior também acusa a doutrina neoliberalista de ser uma “utopia liberal-conservadora”, deficiente em matéria de visão histórica e consciência social e incapaz de atender “aos impulsos democratizantes das sociedades industriais de modelo liberal”, muito menos às exigências sociais dos países, como o Brasil, nos quais permanece incompleta a “síntese democrático-liberal”, isto é, “o acréscimo de direitos sociais ao elenco de liberdades civis e direitos políticos que integram o valioso legado da tradição liberal” (MERQUIOR, 1987, p. 40). Tal síntese é justamente o que Merquior encontra no pensamento político do sociólogo Raymond Aron (1905-1983) e do jurista Norberto Bobbio (1909-2004). Ambos permitem ao autor contrapor ao “hedonismo utilitário” dos neoliberais um (neo)liberalismo democrático, apto a responder à altura os desafios políticos colocados pelas transformações sociais das últimas décadas.



Sendo assim, ele prefere, em vez do “retrocesso neoliberal”, uma “retomada criadora do social-liberalismo” (MERQUIOR, 2019, p. 85).

Diante de sua exposição histórica das várias vertentes do pensamento liberal, percebemos em Merquior, por um lado, uma postura crítica em relação aos liberais-conservadores e aos neoliberalistas, opondo-se ao seu temor diante da democracia e de intervenções estatais que visem diminuir a desigualdade social; por outro, sua afinidade com o liberalismo social, o qual lidaria melhor precisamente com os desafios da democratização. A despeito da perceptível simpatia de Merquior pela “linhagem” Locke-Mill-Hobhouse-Keynes-Aron-Bobbio – misto de um liberalismo que poderíamos chamar “perfeccionista”<sup>7</sup> e com a ênfase forte nos direitos e uma não-recusa do Estado –, o que nos importa é entender que a interpretação de uma tradição do pensamento político não é estática ou puramente doutrinária, mas pressupõe entender como seus elementos teóricos se modificam em interação com outras tradições e como eles se transformam em reação a processos históricos.

### **Conclusão: notas sobre os paradoxos do liberalismo no Brasil**

Em 1990 a revista *Presença* - ligada a intelectuais do Partido Comunista Brasileiro - publica um artigo de Merquior intitulado “O Outro Ocidente” (1988), em resposta à célebre obra de Richard Morse, *O Espelho de Próspero* (1988 [1982]). A tese de Morse, em resumo, apontava que a América Latina seria fruto de um outro processo civilizacional, dissociado dos valores individualistas - fundamentais para o desenvolvimento das relações de mercado - do Norte e próxima a uma matriz ibérica de civilização, fortalecedora de laços comunitários, organicistas, com forte presença de estruturas tradicionais de interação social (MORSE, 1988). Merquior recusa a tese de Morse, que nos colocaria fora da modernidade, e reforça a ideia de que o que o Brasil e o continente são uma parte, integrada de modo periférico, da modernidade.

No que concerne à realidade da América Latina, no entanto, temo que as coisas se afigurem um pouco mais complexas. Nossa paisagem moral já se acha bem mais próxima do *disenchantment* do que Morse está disposto a admitir. Acima de tudo, trata-se de uma situação de transição, onde uma série de atitudes e valores tradicionais estão sendo dilapidados pelo impacto corrosivo de um desenvolvimento desigual e de uma modernização irreversível, ainda que incompleta e distorcida. De toda forma, dado este limbo cultural, só a própria modernidade parece oferecer uma promessa de reintegração social e psicológica (MERQUIOR, 1990, p. 76).

Este déficit estrutural do continente, Merquior não atribui nem a uma “imitação mal-feita” dos padrões liberais do norte global, nem a uma incapacidade da nossa formação em encontrar a sua “autenticidade histórica”. Muito menos ao Estado, como agente transhistórico do atraso. Segundo ele, o Estado patrimonial e a economia subcapitalista estão na origem do atraso (MERQUIOR, 1990, p. 83). Não se trata, ele diz expressamente, de afirmar frases de efeito a respeito de menos ou mais Estado ou menos ou mais mercado, mas sim da forma como se dá a interação histórica entre elites políticas e Estado no Brasil, que dificultam que este seja um agente reconhecidamente democrático. Essa insistência em uma interpretação excessivamente unidimensional dos processos históricos, notadamente do processo de modernização na América Latina, marcava a principal crítica de Merquior aos intelectuais no debate público brasileiro:

Os intelectuais, escreve John A. Hall, “têm o dever de não registrar suas esperanças e seus temores pessoais em suas visões da sociedade”. Eis aí um dos nossos pecados mais renitentes, e do qual raramente nos arrependemos. Nosso dever crítico, por isso mesmo, consiste em questionar as visões de sociedade que se afastam demais da realidade, ou que a interpretam de maneira demasiadamente unilateral (MERQUIOR, 1990, p. 88).





Esta passagem de Merquior, que naquele texto se referia ao trabalho de Richard Morse e, de modo mais amplo, se voltava a parcelas da esquerda acadêmica ou intelectual, sobretudo, pode ser perfeitamente transposto para a condição do liberalismo no Brasil, e hoje mais do que nunca. A recusa do reconhecimento da centralidade do Estado nas economias periféricas e a recusa de enfrentar o problema da desigualdade social para, no limite, criar algo fundamentalmente liberal, uma sociedade de classes médias, têm sido traços incontornáveis da nossa tradição liberal.

Este diagnóstico nos ajuda a compreender a facilidade com que os liberais são tomados de assalto, muitas vezes sem resistências, pela tentação do golpismo e por uma ideia de soberania do mercado sobre a vida política: no primeiro caso – o do golpismo – o cálculo liberal sobre o nosso déficit liberal-democrático aposta em saídas capazes de acelerar, contra o conflito social, a modernização para que, no futuro quem sabe, a democracia possa ser restabelecida em condições estruturalmente mais favoráveis, ignorando a dimensão perversa em termos de custos sobre vidas humanas e no fortalecimento dos corporativismos que as experiências autoritárias brasileiras nos legaram. Ao mesmo tempo, o predomínio de uma apologia do mercado sobre a política é uma das mais perversas concessões que o liberalismo brasileiro faz à recusa da política em nome de outra esfera da vida social que produziria a nossa modernização liberal contra a política. Vivemos hoje na apoteose trágica dessas patologias formativas do liberalismo no Brasil, em que o liberalismo mais radical é capaz de se aliar aos grandes avatares do nosso corporativismo no Estado brasileiro – o judiciário, os militares e as oligarquias partidárias – para negar ao país a sua experiência democrática, mesmo que imperfeita, dos últimos 30 anos.

A leitura de Merquior é não só uma lição de história intelectual, sobre como pensar as ideias levando em conta suas contingências e transformações históricas, mas é também uma lição crítica sobre como o liberalismo brasileiro não foi capaz de enfrentar a distância entre a eviterna frustração liberal com a nossa realidade e a necessidade de interpretá-la.

### **Referências Bibliográficas**

- CAMPOS, R. 2014. “Merquior, o Liberista”. In: MERQUIOR. O Liberalismo: Antigo e Moderno. Rio de Janeiro: É Realizações, p. 19-31.
- GRAY, J. F. A. 1980. “Hayek on Liberty and Tradition”. The Journal of Libertarian Studies, Vol. IV, No. 2. New York: Center for Libertarian Studies, Abril-Junho/1980, p. 119-137.
- HAYEK, F. von. 1983. Os Fundamentos da Liberdade. Trad. Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. Brasília / São Paulo: Editora Universidade de Brasília /Visão.
- JUDT, T. 2010. Reflexões sobre um século esquecido, 1901-2000. Trad. Celso Nogueira. Rio de Janeiro: Objetiva.
- KEYNES, J. M. 1931. “Liberalism and Labour”. In: Essays in Persuasion. London: Macmillan and Co.
- MANNHEIM, K. 1940. Man and Society in an Age of Reconstruction: Studies in Modern Social Structure. London: Routledge & Kegan Paul.
- MERQUIOR, J. G. 1991. Algumas Reflexões sobre os Liberalismos Contemporâneos. Rio de Janeiro: Instituto Liberal.
- MERQUIOR, J. G. 2019. O Argumento Liberal. São Paulo: É Realizações.



MERQUIOR, J. G. 2014. *O Liberalismo: Antigo e Moderno*. Trad. Henrique de Araújo Mesquita. São Paulo: É Realizações.

MERQUIOR, J. G. 1990. "O Outro Ocidente". Trad. Fabiano Guilherme Mendes dos Santos. *Presença: Revista de Política e Cultura*, nº 15. Rio de Janeiro, Abril/1990, p. 69-91.

MERQUIOR, J. G. 1987. "Renascença dos liberalismos: a paisagem teórica". *Revista Lua Nova: cultura e política*, vol. 4, nº 1. São Paulo: CEDEC, jul-set/1987, p. 33-41.

MORSE, R. *O Espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NUSSBAUM, M. 2011. "Perfectionist Liberalism and Political Liberalism". *Philosophy & Public Affairs*, vol. 39, nº 1. New Jersey: Wiley, p. 3-45.

PAIM, A. 1987. *Evolução Histórica do Liberalismo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

POCOCK, G. J. A. 2003. *Linguagens do Ideário Político*. Trad. Fabio Fernandez. São Paulo: EDUSP.